



**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 481, DE 2007**  
**(Complementar)**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 13.** .....

VIII – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de creche e pré-escola previstas no inciso I do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar;

..... (NR)”

**Art. 18.**.....

§ 5º.....

.....

VII – as atividades de creche e pré-escola previstas no inciso I do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo I desta Lei Complementar, descontadas das alíquotas correspondentes a ICMS, hipótese em que não estará incluído no Simples Nacional o imposto previsto no inciso VIII do *caput* do art. 13 desta Lei Complementar, devendo este ser recolhido segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.  
..... (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Uma das premissas usadas na elaboração do novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MPEs) era de que a sua entrada em vigor deveria representar um tratamento jurídico-tributário melhor, ou, no mínimo, tão favorecido quanto o anterior, dado pelo Simples federal, da Lei nº 9.317, de 1996 — nunca, uma piora. No entanto, isso se deu em relação às creches e pré-escolas, com o início da vigência do Supersimples. É da correção dessa distorção que trata esta proposição.

A partir de 1º de julho de 2007, as creches e pré-escolas, antes enquadradas no Simples federal e tributadas por alíquota aplicável ao comércio, passaram a pagar alíquotas 50% maiores no novo regime relativamente ao que despediam anteriormente.

Além disso, em geral, o segmento ainda terá de arcar com alíquotas mais elevadas de Imposto sobre Serviços (ISS), pois grande parte dos Municípios pratica alíquotas reduzidas de incentivo às atividades, (normalmente correspondente à alíquota mínima de 2%) para satisfazer a grande carência de educação pré-escolar em suas áreas de jurisdição.

O Supersimples, criado pela Lei Complementar nº 123, de 2006, ampliou significativamente os possíveis beneficiários do regime unificado e simplificado de pagamento de tributos. Além disso, incluiu, de forma obrigatória, tributos de competência estadual e municipal. Para a maioria das empresas, o novo sistema constitui vantagem, contribuindo para a diminuição da carga tributária em relação aos fiscos federal, estaduais e municipais. A nova lei estipulou que, simultaneamente à entrada em vigor do Supersimples, a Lei nº 9.317, de 1996, em cujo regime se enquadravam as creches e pré-escolas desde a edição da Lei nº 10.034, de 2000, seria revogada.

Por força do art. 2º da já citada Lei nº 10.034, de 2000, as prestadoras de serviços autorizadas a aderir ao Simples federal (Lei nº 9.317, de 1996) foram submetidas a alíquotas majoradas em 50% em relação ao regime da lei de 1996. Excetuavam-se as creches e pré-escolas. O Supersimples (Lei Complementar 123, de 2006), porém, incorporou-as na categoria das prestadoras de serviços submetidas à alíquota majorada em 50%. Ou seja, o Supersimples, contrariamente ao desejado, aumentou a carga tributária sobre as creches e pré-escolas.

As parcelas relativas às alíquotas de Imposto sobre Serviços (ISS) incidentes sobre as creches e pré-escolas no Supersimples são progressivas e variam de 2%, para as microempresas de receita até R\$ 120.000,00 anuais, a até 5%, para as empresas de pequeno porte com receita bruta acima de R\$ 1.200.000,00. Portanto, o aumento da carga tributária por conta da incidência do tributo, quando houver, será variável, de acordo com o Município em que se localize o estabelecimento e de acordo com a receita bruta da microempresa ou empresa de pequeno porte.

Na verdade, muitos acusam o Supersimples de ser, paradoxalmente, muito complexo. Evidentemente, ele é assim para poder acomodar os muitos segmentos e interesses que abriga, uma vez que não há como se dar tratamento uniforme a tantas atividades desiguais. Embora a criação de situações peculiares para um determinado segmento possa ser vista como um complicador para o sistema simplificado, ela é, por vezes, necessária, sobretudo em área social tão sensível quanto a de creches e pré-escolas.

É importante lembrar que, em relação à situação anterior, a criação de uma sistemática excepcional para esses estabelecimentos não representa perda de arrecadação para a União, nem para os Municípios. Portanto, não tem implicações fiscais relevantes.

A modificação proposta pretende fazer justiça aos estabelecimentos de creche e pré-escola, ao fazer retornar à situação anterior a tributação por eles sofrida. Em vez de serem tributadas como as demais prestadoras de serviços, as creches e pré-escolas continuam a ser equiparadas ao comércio em geral, pela aplicação da tabela do Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a única diferença de que elas não pagarão a parcela correspondente ao ICMS, não-aplicável a essas atividade. Ao mesmo tempo, o ISS não estará incluso no regime do Supersimples para o setor,

devendo ser pago conforme a legislação vigente no Município de localização do estabelecimento, o que permitirá às prefeituras continuar a estimular, via incentivos fiscais, a instalação de creches e pré-escolas em seus territórios e evitará a oneração do segmento, por conta da inclusão do ISS no novo regime.

Assim, dado o alcance social do que se pretende, contamos com a sensibilidade de cada um dos colegas e pedimos o seu apoio para a aprovação deste importante projeto de lei complementar.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007.

  
Senadora PATRÍCIA SABOYA

*(À Comissão de Educação, em decisão terminativa)*

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 17/8/2007.